



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 4942

**Presidente da Mesa Diretora:** Antônio Silveira de Sá

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Não votado ou não tramitado

**Autoria:** Kátia Maria dos Santos Oliveira

**Data:** 14/03/2000

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI S/Nº/2000. (NÃO VOTADO). Dispõe sobre a garantia de vagas nas escolas públicas de ensino fundamental e médio do município, para os filhos dos bispos, pastores, missionários e sacerdotes de qualquer credo religioso.

**Controle Interno – Caixa:** 26

**Posição:** 82

**Número de folhas:** 05

---

Especie: Pl  
Categoria: não votado, não tramitado  
U: 26  
Ordem: 82  
nº fls: 03



## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2000

AUTOR:

VEREADORA KÁTIA MARIA DOS SANTOS OLIVEIRA

ASSUNTO:

DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE VAGAS NAS ESCOLAS -  
PÚBLICAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PARA OS FILHOS DOS  
BISPOS, PASTORES, MISSIONÁRIOS E SACERDOTES DE QUALQUER-  
CREDO RELIGIOSO.

### MOVIMENTO

- 1 - ENTRADA EM 14/03/2000
- 2 - À COM. LEG. JUSTIÇA.
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -

Caixa



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

*As A. P. S. Silva*

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_ / 00

Dispõe sobre a garantia de vagas nas escolas públicas de ensino fundamental e médio e privadas para os filhos de bispos, pastores, missionários e sacerdotes de qualquer credo religioso.

**Art. 1º** - As escolas públicas de ensino fundamental e médio e privadas garantirão vagas para os filhos de bispos, pastores, missionários e sacerdotes de qualquer credo religioso, quando transferido no exercício de seu ministério.

**Art. 2º** - As vagas ficarão asseguradas em qualquer época do ano letivo.

**Art. 3º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 10 de março de 00.

*Kátia Maria dos Santos Oliveira*  
Kátia Maria dos Santos Oliveira  
Vereadora

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS	
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO	
E JUSTIÇA	
EM 15 DE	MARÇO DE 2000
A. Silva	
PRESIDENTE	

O presente projeto-de-lei é ilegal e inconstitucional, além de profissionalista a uma categoria profissional e, portanto, discriminatório com as demais.

Guarapiranga  
Damião Macedo  
Ouro Preto

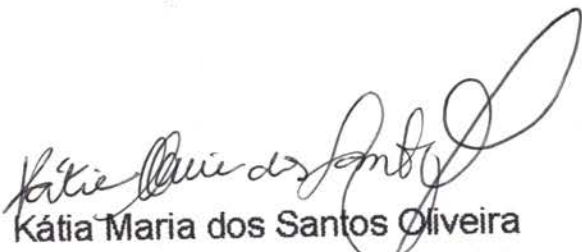




## JUSTIFICATIVA

Os bispos, pastores, missionários e sacerdotes, desloca-se seguidamente no território nacional. Nossa imensidão geográfica exige longas peregrinações. A evangelização pressupõe visitas, cultos, pregações e atendimento obstinado ao fieis.

A transferência nos postos missionários implica também no acompanhamento dos familiares. Os filhos em idade escolar necessitam do apoio estratégico não só dos pais, mas também dos órgãos públicos para não interromper os estudos, uma vez que este é um direito assegurado em nossa Carta Magna, bem como na Constituição Estadual, Art. 196 e seguintes. Temos recebido inúmeros pedidos, de diferentes recantos do Estado, para que vagas nas escolas fiquem asseguradas. Assim como os militares, servidores públicos e diplomatas tem este direito garantido, também os ministros religiosos precisam ser atendidos neste sentido. É um grupo representativo, que presta um trabalho relevante, silencioso e não esta amparado pela legislação em vigor.

  
Kátia Maria dos Santos Oliveira  
Vereadora



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## PARECER

### ASSESSORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

### RELATÓRIO

De autoria da Vereadora Kátia Maria dos Santos Oliveira o projeto de Lei nº \_\_\_\_/2000 em tela, “Dispõe sobre a garantia de vagas nas escolas públicas de ensino médio para os filhos dos Bispos, Pastores, Missionários e Sacerdotes de qualquer Credo Religioso.

Enviada a proposição a esta assessoria, passamos a emitir o seguinte parecer.

### FUNDAMENTAÇÃO

No exame do presente projeto de Lei, nota-se que já existe uma Lei Federal nº 8.112/90 que regula em seu artigo 99 a questão do SERVIDOR ESTUDANTE.

### CONCLUSÃO

Diante do exposto, tudo leva a crer que o projeto de Lei nº \_\_\_\_/2000 é **ILEGAL E INCONSTITUCIONAL**, tendo em vista que uma lei municipal não pode modificar as disposições de uma Lei Federal.

Sala da Assessoria Jurídica, 27 de março de 2000

Manoel Rodrigues Silveira  
Assessor Jurídico